

Biografia e política: D. Luigi Grassi e a resistência ao fascismo na Diocese de Alba (Cuneo/Itália)

FRANCISCO FAGUNDES DE PAIVA NETO*

chicofagundes@gmail.com

O processo da Unificação Italiana teve em 1861, quando o rei do Piemonte Vittorio Emanuele II se tornou monarca do Reino Unido da Itália, e foi concluído em 1918 com a anexação de Trento e Trieste. A cidade de Roma, uma área remanescentes dos Estados Pontifícios, foi conquistada pela Monarquia em 1870, que sob a inspiração do liberalismo criou uma verdadeira cisão entre os adeptos do rei e os católicos, que seguiam as orientações políticas do Papa Pio IX contra a desterritorialização pela qual passava a Igreja. Essa situação da Igreja em relação aos estados pontifícios representa o advento de um aspecto da nova sociedade, a sociedade moderna, que é “um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si” (ORTIZ, 1994: 50). Ou seja, a emergente sociedade italiana, cujo território político estava ainda em processo de construção, precisou absorver os Estados Pontifícios e conviver com um conflito entre o laicismo e a tradicional cultura católica.

Por isso entre 1870 e 1929 o conflito entre o Estado Italiano e a Igreja manteve-se presente, sendo solucionado durante o período fascista, através do Tratado de Latrão. Conforme Manfrói (1999: p. 50): “Os católicos se isolaram da sociedade civil criando um mundo à parte” devido a “onda de anticlericalismo, a legislação liberal do governo, a laicização do Estado, o confisco dos bens de ordens religiosas contribuíram para reforçar a oposição entre católicos e italianos”. Assim, a construção do Estado italiano deu-se em meio a um conflito com uma instituição religiosa, a Igreja, necessitando de uma série de manobras com o fim de pacificar os respectivos partidários.

A centralidade política do Piemonte na Itália trouxe outros componentes à vida pública da recente nação: as tensões entre os liberais e os grupos socialistas. Por tais razões, a população católica ficou em constante vigilância com relação às duas culturas políticas anticlericais

*Professor do Departamento de História/Universidade Estadual da Paraíba. Doutor em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

combatidas, com maior ou menor intensidade, pelos Papas: o liberalismo e o socialismo. As culturas políticas para Motta (2009: 23) compõem de um repertório de:

vasto patrimônio que (...) depende (...) das ações de seus inspiradores originais e dos aderentes posteriores (...) As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações (...) são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade (...) Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que cegam.

Diante do choque entre as representações de uma monarquia liberal e a Igreja o diálogo para consolidar as fronteiras do Itália necessitou se prolongar, devido a alguns entraves. Em condições de formação de um Estado nacional é preciso o estabelecimento de relações políticas com grupos religiosos, visando uma condição mais profícua de manutenção da ordem pública. No caso da Península Itálica, essa necessidade foi premente em virtude da presença dos Estados Pontifícios, então pertencentes a Igreja Católica, que poderia desestabilizar alguns projetos políticos, a partir da resistência de membros das suas hostes, sendo estratégico a qualquer regime vigente na área a busca pela hegemonia, no sentido apontado por Gramsci (2002), especialmente junto a população católica.

O reconhecimento da importância de estabelecer um diálogo com a Igreja Católica foi parte do projeto político de Mussolini por meio da Concordata, que deu origem ao Vaticano. Com o acordo entre o Estado italiano e a Igreja voltou a ter um território político reconhecido, o Vaticano (ou a Santa Sé), embora territorialmente extremamente reduzido, em relação aos antigos Estados Pontifícios. Além disso, o Vaticano tornou-se a única sociedade religiosa com um caráter estatal a obter o reconhecimento pela comunidade dos países na contemporaneidade, pois uma série de outras concordatas foram assinadas com diversos Estados nacionais, desde a criação do Vaticano(CUNHA, 2009). No caso específico da Concordata de 1929, o regime fascista reconheceu a monarquia religiosa de caráter eletivo e vitalício, representada pela figura do papa, no seu território político e religioso, o Vaticano, ao passo que a contrapartida foi o reconhecimento das fronteiras do Estado italiano pela Igreja, pondo fim ao litígio iniciado pela invasão dos Estados Pontifícios, durante a Unificação Italiana. Essa condição teve um desdobramento quanto à aproximação do Vaticano às políticas fascistas, porque a Concordata de 1929 também previa a concessão de privilégios à Igreja como a difusão do catecismo católico nas escolas italianas, privilégios de ordem política e econômica, além da proibição aos cultos dos protestantes, tanto nos espaços privados (mesmo quando realizados em domicílios), quanto no espaço público.

Contudo, devemos atentar para o fato de que essa relação do regime fascista com a Igreja, quanto aos seus conflitos, mesmo com o pacto político de 1929. Esse olhar nos permitirá perscrutar a Igreja como uma instituição centralizada no Papa, mas demarcada por conflitos internos e, no caso em questão, por questões de ordem geopolítica e regional, que são inerentes aos interesses religiosos/estatais do Vaticano em relação a outras sociedades. A presença de católicos em diversos Estados nacionais foi inclusive vista por Antonio Gramsci como sendo a Igreja uma sociedade civil dentro de outras sociedades civis, dando ao Papa a possibilidade de influir nos debates políticos de outras nacionalidades.

A percepção pelo papa e os seguidores do catolicismo sobre a necessidade de submissão do laico ao religioso demarcou as balizas de instruções do Sumo Pontífice para o comportamento político no Estado laico, motivando a falta de envolvimento dos católicos na participação política nacional, pelo menos desde a formação do Estado italiano até a Concordata de 1929. O conflito instaurado entre uma cultura política laica e uma religiosa manteve-se até o firmamento do Tratado de Latrão, que garantiu à Igreja uma série de privilégios na sociedade nacional italiana, apaziguando reações da hierocracia católica e do seu rebanho, por meio de uma tolerância ao laicismo durante o regime fascista.

Embora desde 1922 até a Concordata de 1929 a relação entre o Vaticano e os fascistas tenha sido de proximidade e colaboração deu sinais de tensão a partir de maio de 1931, quando Mussolini objetivou exercer o controle sobre os participantes da Ação Católica (AC). A tentativa de diluição da AC em 1931 por Mussolini foi frustrada pela reação do Papa Pio XI, por meio da Encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (Não precisamos) e pela pressão internacional de grupos leigos, que deram suporte a crítica do Pontífice a estatolatriados fascistas. Vale lembrar, que a Encíclica foi publicada escrita e difundida pela Rádio Vaticana, atingindo vários rincões da Itália e fomentando o debate entre os membros do catolicismo sobre a política. Em uma perspectiva gramsciana, os católicos mesmo sem uma formação partidária convencional, o próprio partido político, afirmaram a sua influência na política italiana por meio da vascularização capaz de expressar uma vontade coletiva, através da defesa da AC e, posteriormente, pela própria participação em grupos da resistência, tanto pelo uso das armas, quanto pela colaboração indireta.

A Ação Católica a resistência piemontesa ao fascismo

A II Guerra Mundial foi combatida em duas grandes frentes: as convencionais (exércitos) responsáveis pela beligerância entre os Estados nacionais; e as irregulares (guerrilhas), pelo alastramento nos diversos países europeus, através dos movimentos da chamada Resistência¹.

A combinação dessas duas experiências de guerra, com as suas metodologias de combates regulares (entre exércitos), ganhou um novo componente com a participação das tropas irregulares, a partir do momento em que civis foram às armas. O aparecimento dos grupos da Resistência assumiu contornos mais definidos, quando a Alemanha invadiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No mês de agosto de 1939, a Alemanha e a URSS assinaram um acordo de não agressão, tendo para Hitler o caráter de estratégia pela neutralização de uma aliança dos russos com a França e a Inglaterra. A partir de 1939, os nazistas invadiram a Polônia e no primeiro semestre de 1940, marcharam sobre a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica. Ainda em 1940, a Alemanha já contava com o apoio da Itália, do Japão, da Hungria, da Bulgária, e da Romênia. O primeiro semestre de 1941 demonstrou o êxito dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), pois a Europa estava quase toda dominada. Apenas a Inglaterra resistia solitariamente aos ataques aéreos alemães e da marinha italiana no Mediterrâneo.

A quebra do tratado de não agressão firmado entre Hitler e Stalin com a invasão alemã ao território soviético (1941) representou uma nova fase na guerra, pois ganhou um componente político e militar inesperado (HOBSBAWN, 1995: 165). Surgiu a nível internacional uma curiosa aliança entre o capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da URSS, que nos campos de guerra semeou coalizões de resistência, de um lado a outro, balizadas pelo aspecto de combater as forças da Alemanha, da Itália e do Japão, principalmente.

A Europa, desde antes da quebra do tratado de não agressão entre alemães e soviéticos, estava sob o domínio das tropas regulares do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), com exceção da Inglaterra. Contudo, a invasão alemã na URSS fez despertar a resistência interna por grupamentos de civis, denominados genericamente de *partisans* (partidários), cujas filiações eram as mais diversas. As formações dos partisans, através de guerrilhas e sabotagens trouxeram instabilidades aos exércitos alemão e italiano. Cotidianamente ocorriam ataques surpresas por grupamentos; roubos de material bélico; destruições de equipamentos ou infiltrações para se obter informações importantes para as tropas aliadas. Em meio ao conflito

¹As Resistências foram constituídas por grupos civis e militares de várias tendências políticas, cujo esforço se orientou pelo combate ao nazifascismo.

a população civil também enfrentava a passagem de desertores, que lhe solicitava víveres, ou as violências sexuais cometidas pelas tropas, enquanto no sul da Itália o caos era incrementado pelas ações de clãs mafiosos, munidos de armamentos constituídos por carros de combate e armas automáticas leves como fuzis e metralhadoras Thompson (LEWIS, 2003). Avaliando a atividade da Resistência italiana, Hobsbawm (Op. cit.: 165-166) considerou:

Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos e um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre os intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-45, incluindo um movimento partisan armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos (...) Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado o seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45 (...) Em cada país os fascistas, os radicais de direita, os conservadores, ricos locais e outros cujo principal terror era a revolução social, tendiam a simpatizar, ou pelo menos não se opor aos alemães (...) O mesmo não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como 'colaboracionista' em qualquer parte.

Essas considerações aguçam a nossa percepção sobre a existência de brechas na sociedade italiana, mesmo sob as violências do regime fascista pôde dar uma demonstração de resistência política, a partir de grupos de civis em armas. Com frequência ocorreram associações entre os Aliados e os *partigiani*, graças ao apoio de militares com auxílio de homens ou equipamentos. A estrutura jurídico-política fascista não conseguiu conter o gotejamento das organizações clandestinas constituídas por militantes das mais variadas tendências políticas e religiosas, sobretudo setores da AC.

Essa situação política exige o estabelecimento de uma compreensão analítica, cujo contexto deve ser visto na sua diversidade de matizes. Procuraremos manter ao largo a ideia do contexto como uma fixidez ou um determinismo criador de homogeneidades sociais, porque a prática “de reconstrução histórica (...) em geral implica que seja dada uma prioridade à análise das relações sociais na restituição de um contexto” (GRENDI, 1998: 257). Assim a investigação sugere um programa de uma análise das condições da experiência social em sua máxima complexidade (REVEL, 1988: 22).

No caso da área do Piemonte, visualizamos tensões entre setores hierárquicos da Igreja com os membros do Estado fascista, tendo em conta que nessa região da Itália a oposição ao regime ganhou uma forte expressão, devido a presença de um bispo abertamente antifascista desde a época que foi padre. A relação da Igreja a nível nacional manteve algumas tergiversações com o regime fascista, ao passo que no Piemonte o bispo de Alba, D. Maria

Grassi, assumiu uma postura antagônica ao regime, perdendo inclusive alguns dos seus padres, em decorrência de execuções sumárias ou por haver sido mandados para campos de extermínio.

A participação dos católicos na resistência foi acentuada na Província de Cuneo no Piemonte, desde o ano de 1933, através das orientações dadas pelo então monsenhor Luigi Maria Grassi à AC em contraste explícito com o fascismo. A tônica da AC era um projeto político com “o primado religioso, moral e civil entre os povos”, demarcando um espaço próprio entre os governos de inspiração liberal, nazifascista ou comunista. Posteriormente, em 1937, D. Grassi criticou abertamente o fascismo, no jornal “Gazzetta d’Alba”, afirmando “se tratar de uma minoria não querida pelo sufrágio universal e não confortável ao aspecto eclesiástico ou em outros termos: uma “ditadura reacionária de massa”.(GRASSI, 1994: 23)

Um dos primeiros grupos sociais católicos a ter sofrido as pressões dos políticos pré-fascistas foram os camponeses do Piemonte, devido ao surgimento do Partido dos Camponeses (imediatamente após o fim da IGM), que assumiu contornos de uma agremiação sustentadora do fascismo em gestação. Nessa fase, o movimento camponês foi contido, enquanto foi restaurado o monopólio do poder nas mãos dos grupos oligárquicos rurais (MOLA, 1994: 26). Nas décadas posteriores a crise econômica foi superada, por meio dos sacrifícios sofridos pelas populações rurais (MOLA, Op. cit.: 28). Para os membros da AC, os camponeses foram um grupo importante no sentido de combater os fascistas, considerando as condições políticas de opressão e a forte presença do catolicismo nas áreas rurais.

No campo político, os fascistas adquiriram um inimigo de grande envergadura os seguidores das orientações da AC. Entre os anos de 1936 e 1937, o levantamento do monsenhor Grassi apontava para uma presença sólida da AC em 97 paróquias do Piemonte, contando com pelo menos 17% dos habitantes da Diocese com uma posição política antifascista. Porém, esse número tendeu a crescer nos anos posteriores.

A Igreja na Itália estava dividida diante do fascismo. A hierarquia clerical dava sinais de fissuras, sendo seguida pelos leigos. No caso de Alba os religiosos faziam uma oposição, através do trabalho nas paróquias. No bispado de D. Grassi² em Alba ocorreu uma franca oposição ao regime fascista, tendo por base o trabalho anteriormente realizado na AC, quando havia sido padre. Alguns narradores italianos colaboraram com a nossa pesquisa sobre a

²Em março de 1933, Pio XI nomeou-o bispo de Alba, chamando-o para suceder D. Francis King. Assumiu a diocese em 11 de junho de 1933.

atuação de D. Grassi na Diocese de Alba. Para Maggi ao ser indagado sobre a resistência dos religiosos ao fascismo:

O bispo Grassi com custos altos fez um trabalho contínuo de mediação com vista a prevenir danos e mortes entre as pessoas. Um jovem pastor assistente de Roddi, D. Demetrio Castelli, foi morto pelos alemães. Muitos sacerdotes estavam lutando com os fascistas. Um religioso dominicano, Padre Giuseppe Girotti, foi deportado para Auschwitz por ter ajudado a muitos judeus, e morreu em uma tentativa de salvar da morte outro preso³.

A oposição dos religiosos de Alba ao regime chegou a resultar em várias mortes como a do padre Demetrio Castelli⁴, que foi fuzilado na área do Piemonte, e do padre Girotti, morto no campo de concentração de Auschwitz (Polônia). Além disso, outros religiosos passaram por cárceres ou foram ameaçados pelos militares. Assim, percebemos um franco conflito entre o regime e vários membros da Diocese de Alba, colaborando para o apoio dos católicos aos grupos armados.

A Igreja (no Piemonte) e os grupos partisans eram unânimes quanto à necessidade da derrocada fascista. A força guerrilheira mais expressiva na área esteve sob o comando de Enrico Martini, “Mauri”, ex-oficial do Estado Maior do Exército Italiano até 1943, durante a experiência imperialista na África. A partir de então, refugiou-se no Piemonte e organizou forças de resistência em Cuneo (área montanhosa nos alpes), na Langhe e no Monferrato (as duas últimas são área de colinas) por meio das Formações Autônomas, cuja orientação ideológica era a distância dos diversos partidos, restringindo as atividades às missões militares contra os nazifascistas.

No mês de julho de 1944 a guerra civil tomou um corpo mais robusto no Piemonte. O então bispo de Alba, D. Grassi, politicamente monárquico, deparou-se com uma realidade de guerra marcada pela presença de três grupos: os aliados, o Reino do Sul e os *partigiani*; os alemães e os republicanos (partidários de Mussolini); por fim os republicanos (ligados ao dissidente fascista Pietro Badoglio, que se associou aos Aliados). Em 1944 os conflitos tornaram-se mais agudos, devido a contraofensiva dos nazifascistas as tropas aliadas, que desde o mês de junho haviam ocupado Roma, rumando para o norte e nordeste do país.

³Entrevista realizada por Andrea Cane com Gianfranco Maggi, março de 2010. Tradução nossa. O historiador Andrea Cane franqueou-nos a possibilidade de realizar as entrevistas na Itália, a partir da intermediação do seu filho e nosso amigo, Daniele Cane.

⁴O padre Demetrio foi fuzilado no Castelo de Polenzo (25/08/1944), junto a dois homens, pelos nazistas, sob a acusação de “cumplicidade e consciência” de uma emboscada *partisan* contra os alemães. O próprio bispo de Alba, Dom Grassi, esteve profundamente envolvido com os jovens participantes da Resistência, demonstrando que não é fácil atribuir uma análise generalista sobre a hierarquia da Igreja, em relação à política, por causa das identidades dos membros do próprio clero ou pelas demandas dos próprios fiéis.

Nesse período, o bispo de Alba, D. Grassi (considerado o bispo *partigliano*), realizou um encontro clandestino com Michel (nome de guerra de GhibelliniAlmicare, comandante do destacamento da XLVIII brigada, IV Divisão Garibaldina) solicitando, que não mais fossem executados líderes fascistas em Alba como forma de evitar retaliações contra os civis. A admiração entre o bispo e os *partigiani* era mútua, ao ponto do religioso enfrentar dificuldades com as autoridades fascistas (devido os contatos com a juventude que ingressava nos grupos de resistência) e da promessa de Michel haver sido cumprida. Contudo, o destacamento de Michel realizou outra ação desafiando os fascistas, a libertação, em 6 de outubro de 1944, no cárcere de Alba, do aviador Cornélio Brosio. A 9 de outubro de 1944, após uma série de combates, a cidade de Canale foi abandonada pelos nazifascistas gradativamente ocupada pelos *partigiani* do grupos Giustizia e Libertà (Justiça e Liberdade), Azzurre (nome derivado dos lenços azuis amarrados nos pescoços, confeccionados com os restos dos paraquedas aliados); Badogliane (formação associada a Badoglio); Matteotti; Garibaldini; Rossi, dentre outras.

As estratégias de Mauri, junto às qualidades militares das formações *partigiani*, sob o seu comando, revelaram-se na criação de uma zona composta por 400 comunas livres dos nazifascistas (1944) entre Langhe e Monferrato, tendo como capital livre para uma junta de governo a cidade de Alba, sob a proximidade do comando Aliado e do bispo de Alba

No mês de setembro de 1945 os membros da Divisão Giustizia e Libertà (GL) avançaram cerca de 80 quilômetros em território nazifascista. A Criação do Corpo dos Voluntários da Liberdade (CVL) não indicou em nenhum momento uma unanimidade entre os *partigiani*, pois cada um marchava conforme a sua bandeira (MOLA, Idem: 13-14). E assim até a derrota plena dos fascistas os combates foram intensos com muitas mortes, aprisionamentos e troca de prisioneiros entre os beligerantes, algumas vezes intermediadas por D. Grassi.

O caráter mais acentuado do envolvimento da Diocese de Alba no confronto ao regime fascista ganhou evidencia por meio da aproximação de D. Grassi aos militantes dos grupos da resistência. A aproximação teve um aspecto politicamente esdrúxulo, porque D. Grassi era politicamente monarquista, enquanto a juventude partisã sofria influencia especialmente de grupos socialistas.

Diante das hostilidades aos nazifascistas na região do Piemonte tornou-se problemática, porque a prisão ou a morte do bispo de Alba poderia suscitar um processo ainda mais acentuado de comprometimento de setores católicos com a resistência. Dessa forma, a

estratégia dos nazifascistas foi de fuzilar ou deportar alguns padres, que cumpriam as orientações imediatas de D. Grassi, como forma de enfraquecer as bases da resistência entre as hostes do baixo clero católico, que capilarizava as ordens do bispo, e de estabelecer a dissuasão entre os fiéis pelo recurso da violência. Dessa forma, o bispo ficou em uma situação complexa, pois precisou realizar uma série de atividades, que antes poderiam ser delegadas aos seus subordinados, a exemplo das negociações pela troca e soltura de prisioneiros ou o contato com os representantes tanto dos nazifascistas como dos partisans para resolução de questões variadas.

A participação dos *partigiani* demonstra uma variedade de tendências políticas laicas e mesmo religiosa, católica, no enfrentamento aos grupos nazifascistas. Apesar dos vínculos entre o Estado italiano e o Vaticano ocorreram posicionamentos contrários às relações com a política tutelada pelos nazifascistas. Os debates e as práticas de dissidência dentro da Igreja tiveram um aspecto próprio em referência à permanência dos vínculos de bispos e padres, bem como de leigos com a instituição.

Por sua vez, a experiência da luta dos católicos entre os *partigiani* demonstrou a sua importância na formação de uma área liberada da influência nazifascista. Porém, reafirmamos a percepção de que muitos componentes das forças nazifascistas eram também católicos, alguns convictos e outros submetidos aos rigores do serviço militar, não excluindo a prática de resistência pela deserção, por sabotagens materiais ou ainda pelo trânsito de informações privilegiadas, importantes para o conhecimento das estratégias e objetivos visados pelos inimigos. Sobre essa questão nos foi respondido sobre a composição das forças *partigiani*, incluindo os militares desertores por Gianfranco Maggi:

As diferentes formações partigiani, embora bastante precisas, as pessoas eram agrupadas em diferentes direções. Além disso, muitos que se diziam socialistas ou comunistas eram católicos praticantes, ou pelo menos vinha do mundo católico. E em todas as formações estavam presentes, talvez ao lado do socialista ou comissários políticos socialistas ou comunistas, ou os accionistas, os capelães. As duas realidades que a pergunta recorda não eram tão rigidamente distintas mas bastante permeáveis entre si (...) Mas eu sei (...) da presença de diferentes grupos (comunistas, socialistas, ou acionistas – isto é, laicos de esquerda não marxista – católicos, monárquicos, ou militares desertores). Entre eles havia uma colaboração/competição⁵.

⁵Entrevista realizada a nosso pedido por Andrea Cane ao senhor Gianfranco Maggi, Idade: 64, profissão: aposentado em Sommariva (Perno/Itália), primeiro semestre de 2010. Tradução nossa.

O narrador Maggi salienta a presença de outros grupos nas frentes *partigiani*, a exemplo dos militares desertores e os acionistas, ou seja, os membros da esquerda não marxista e reforça o caráter plural da resistência piemontesa, demonstrando quão rica foi a oposição ao fascismo.

A narração sobre o conflito no Piemonte tem outro aspecto que não podemos ignorar, desde o momento da realização das entrevistas. Trata-se da perspectiva de revelar os sofrimentos decorrentes da guerra, porém sem se esquecer do papel político da resistência (mesmo antes de 1944) aos nazifascistas, bem como o sentido de pertencimento a uma família colaboradora dos *partigiani*. Assim, a narrativa sobre um passado de dor e de congregação de pessoas, em grupos identificados com a Resistência, situa a importância do espaço de Canaled'Alba no tempo das primeiras ações armadas dos guerrilheiros. Canale como um dos focos da Resistência tem um significado de um tempo de dor, de padecimento, mas também da disposição de grupos piemonteses em combater o fascismo. Nas entrevistas, percebemos a importância da geografia local e do tempo da guerra para constituição de uma noção de pertencimento social, pois o narrador nos falou da sua origem familiar, cujos vínculos com a Resistência eram definidos por uma experiência cotidiana de participação política. Essa questão nos remete a uma discussão sobre a questão do tempo, do espaço, das identidades sociais, da rememoração e da própria narrativa (PORTELLI, 1996). Todos esses elementos demarcam um espaço, a partir de balizas de suma importância para o pesquisador e para o narrador: o lugar de onde os acontecimentos foram experimentados pelos indivíduos para posteriormente ser transmitidos pela memória, permitindo o acesso a situações sociais e as estratégias dos indivíduos em conflito (BOUTZOUVI, 1994: 2)

A memória reflete assim uma forma de pertencer socialmente a um grupo ou de rememorar o pertencimento, pois mesmo o tempo não anula a identificação grupal, podendo certamente apenas fomentar uma ressignificação. A experiência social de vínculo a pessoas de posições antifascistas ecoa no tempo como uma demonstração da resistência narrativa àquele regime político. A dor sentida e sofrida junto a tantos outros italianos massacrados pelos nazifascistas gerou memórias, que ainda fazem parte do cotidiano, quando apresentadas pela voz dos narradores.

Os membros da Resistência (anteriormente, camponeses, operários, professores, religiosos, dentre outras profissões) traziam as demandas das vítimas do nazi fascismo pelo exercício de pacificar, por meio da sua doação aos combates contra exército bem treinados (o italiano e o alemão), regiões até então sob o domínio fascista. Outro narrador, o

monsenhorPescarmona,durante a entrevista que realizamos evitou comentários sobre memórias incômodas como mortes e a destruição material provenientes dos bombardeios ou dos conflitos(Entrevista ao autor: Junho de 2009). O aspecto da memória como uma força ativa entre o esquecer e o lembrar foi avaliado por Samuel na sua dinamicidade: “*o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra*” (1997: 44).

Outro aspecto com relação à população de Alba e a sua cultura política voltou-se para a presença de alguns trabalhadores, politicamente socialistas, que frequentavam missas. Essa questão desponta como um aspecto interessante sobre a religiosidade entre os militantes ou adeptos da esquerda associados ao catolicismo. Esse fator colaborou igualmente ao recrutamento da Resistência. Em alguns estudos realizados por Hobsbawn foi possível constatar que a secularização e as posturas antirreligiosas ou de indiferença religiosa eram mais comuns entre os operários das metrópoles, enquanto nas pequenas cidades os trabalhadores cultivavam uma prática religiosa mais participativa entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX (2000, p.60). Essa questão pode ser explicada pela permanência de aspectos comunitários associados às práticas religiosas.

No caso de Canale as estruturas de autoridade e da comunidade não haviam sido rompidas, destruídas ou transformadas pelo capitalismo moderno, cuja tendência é substituir a sociedade pela comunidade e de fazer a religião perder o monopólio de formar e comunicar ideias entre a população⁶. Logo, percebe-se como em uma determinada região, podemos constatar as variações do fenômeno político, a partir de algumas memórias transmitidas por meio de gerações, que formaram alicerces de uma cultura política⁷ socialista em conflito com o liberalismo da fase pré-Mussolini pelos direitos dos trabalhadores. Posteriormente, as questões em pauta se demarcaram por processos organizativos, envolvendo desde as questões partidárias, sindicais e antifascistas. Assim, a vida em Alba se constituiu como nexos entre a experiência política de famílias camponesas para uma conjunção do catolicismo com a esquerda. Percebemos pelas narrativas sobre os assuntos referentes às relações entre socialismo, monarquia e catolicismo faziam parte de uma experiência específica de classe. Durante a formação da classe operária inglesa no século XIX ocorreu a divisão dos operários em uma diversidade de denominações cristãs. O Metodismo, por exemplo, assemelhou-se

⁶Segundo Hobsbawn mesmo entre pessoas devotas, supersticiosas ou ortodoxas votavam na esquerda “ateia”. Cerca de 40% das pessoas na Sicília e Sardenha, nos polarizados anos 50, não viam incompatibilidade entre o catolicismo e o comunismo. Ver: HOBBSAWN, E. *A religião e a ascensão do socialismo...*, p. 60.

⁷Cultura política refere-se às ações e representações relacionadas ao fazer político. Ver: MOTTA, R. P. Sá (ORG). *Culturas políticas na história...*

bastante com a Igreja Católica na Itália, especificamente em relação às questões de ser praticado por patrões e trabalhadores, enquanto se enfrentavam politicamente (THOMPSON, 1987).

No caso italiano, a presença do papado garantiu a formação de práticas políticas relacionadas com o catolicismo por meio de um vasto leque: monarquistas e republicanos, sendo estes divididos em sociais-democratas, socialistas, liberais e democratas-cristãos. Podemos imaginar a dimensão dessas disputas grupais, tendo em conta a ocorrência da própria guerra na Itália.

Apesar das relações políticas do Papa com o regime fascista, o nordeste italiano destacou-se por um movimento de resistência ao regime. Esse fato implicou inclusive na participação ativa do bispo da Diocese de Alba, região do Piemonte, junto aos guerrilheiros antifascistas. As manobras políticas da burguesia do norte italiano não tardaram a limitar o poder político da monarquia e, posteriormente a sua abolição, na década de 1940, após a queda fascista (MOLA, 1995: 14).

Findo o conflito, a sociedade italiana precisou passar pelo desafio da reconstrução, enquanto alguns efeitos da guerra se apresentavam irreversíveis. Inegavelmente o conflito colaborou para a debilidade física de D. Grassi, cuja oposição ao fascismo surgiu ainda antes da guerra, e que a 5 de Abril de 1948 feneceu, sendo sepultado três dias depois, causando uma enorme comoção na Diocese de Alba.

FONTES UTILIZADAS:

BOUTZOUVI, Aleka. “Individualidad, memoria y concienciacolectiva: la identidad de Diamando Gritzona”. In: *Historia y Fuente Oral*, 1, 11, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994, p 39-52.

BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas: sobre la teoría de la acción*. Traducido por Thomas Kauf Editorial Anagrama, Barcelona, 1997, 233 p.

CUNHA, Luís Antônio. A educação na Concórdia Brasil-Vaticano. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v.30, no. 106, 2009, p. 1-8.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 438 p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRASSI, Luigi M. *La tortura di Alba e dell'albese (Luglio 1944-Aprile 1945)*. Introdutionestoricadi Aldo Alessandro Mola. III Edizione. Alba: Società San Paolo; Gazzeta D'Alba, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. A religião e a ascensão do socialismo. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, cap. 3, p. 55-78.

LEWIS, Norman. *Nápoles, 1944*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

MANFRÓI, Olívio. Imigração e nacionalismo. In: *Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, 500p.

MOLA, Aldo A. Introdutione: continuità e innovazione nellastoriacivile italiana dalle pagine di Mons. Luigi M. Grassi sullachiesa d'Alba e dell'Albensenellaresistenza. In: GRASSI, Luigi M. *La tortura di Alba e dell'albese (Luglio 1944-Aprile 1945)*. Introdutionestoricadi Aldo Alessandro Mola. III Edizione. Alba: Società San Paolo; Gazzeta D'Alba, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 13-37.

ORTIZ, Renato. *O outro território*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: *Projeto história*, São Paulo, no. 15, abril 1997, p. 41-81.

THOMPSON, E. P. O poder transformador da cruz. In: _____. Formação da classe operária inglesa (II- A maldição de Adão). Trad.: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 2, cap. 6, p.225-289.

Entrevistas:

Entrevista realizada a nosso pedido por Andrea Cane, historiador italiano, ao senhor Gianfranco Maggi, Idade: 64, profissão: aposentado em Sommariva (Perno), Itália, primeiro semestre de 2010. Tradução nossa.

Entrevista ao autor: Monsenhor Luigi Pescarmona (Junho de 2009).